

O PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES: POSSIBILIDADES E IMPASSES NA TRANSFORMAÇÃO DAS DEMANDAS DE ORIENTAÇÃO

2010

Fabiano Dutra Seeger

Aluno de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra de Santa Maria – RS (Brasil)

fabianoseeger@bol.com.br

Arnaldo Toni Souza das Chagas

Professor da Ulbra, campus de Santa Maria – RS (Brasil). Psicólogo e Dr. em Comunicação

arnaldotoni@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa compreender, elucidar e problematizar alguns impasses relevantes, enfrentados pelo psicólogo em instituições quando se depara com o desafio de transformar demandas de orientação. Para tanto, foi realizada uma reflexão teórica apoiada na literatura especializada, com vistas a compreender questões sobre: as instituições, as demandas de orientação e a posição do psicólogo nas instituições mediante a perspectiva do movimento institucionalista e teorias afins, para que dessa maneira sejam viabilizadas reflexões sobre possibilidades e impasses na transformação das referidas demandas. Produzindo assim, diversos questionamentos, tais como: qual o contexto que compreende as demandas de orientação na atualidade? Em que medida o psicólogo pode autorizar-se ou ter competência para orientar e decidir nas instituições? E ainda, quais as possibilidades e os impasses na transformação dessas demandas nas instituições?

Palavras-chave: Demanda de orientação, instituição, posição do psicólogo, transformação, movimento institucional

INTRODUÇÃO

Este estudo visa compreender, elucidar e problematizar alguns impasses relevantes enfrentados pelo psicólogo em instituições¹ quando que se depara com o desafio de transformar demandas de orientação. Através de uma reflexão teórica apoiada na literatura especializada, objetiva-se compreender questões sobre: as instituições, as demandas de orientação e a posição do psicólogo nas instituições, mediante a perspectiva do movimento institucional² e teorias afins. Viabilizando questionamentos sobre possibilidades e impasses na transformação das referidas demandas.

O estudo e a reflexão sobre as demandas de orientação justificam-se pelo fato de ser uma temática de extrema relevância no campo da psicologia e, conseqüentemente, na atuação do psicólogo em instituições e de um modo geral. Além disso, constitui um grande desafio a relação entre essa necessidade de orientação e a proposta de atuação dos psicólogos, sobretudo, nas práticas subsidiadas³ pelas teorias psicanalíticas e do movimento institucional. Isso porque tais modelos de atuação contrapõem as demandas de uma sociedade veloz, imediatista, cheia de incertezas que vive-se hoje, e que demanda rápidos e imediatos resultados. “Como buscar metas de longo prazo numa sociedade dedicada ao curto prazo?” (RICHARD SENNETT, 2005, p. 10). Mesmo que tal questionamento esteja vinculado ao modelo econômico da atualidade, esta questão pode-se relacionar com o momento atual da sociedade, que desafia e coloca em jogo a sustentabilidade dos propósitos da psicologia, principalmente, conforme já mencionado, das teorias psicanalíticas e do movimento institucional. Birman, (2005, p.15) afirma que “(...)

¹Neste trabalho serão sempre utilizados os termos ““em” ou “na” instituição”, seguindo a proposta dos autores estudados. Descartando a utilização do termo “da instituição”. A compreensão para tanto, pode ser reconhecida no próprio dicionário gramatical, onde segundo o dicionário Aurélio (2008, p.207) “em” tem o sentido de “lugar onde se está”, remetendo a um estado de “passagem”. “Na” equivale à preposição “em” (AURÉLIO 2008). Diferentemente do artigo “da”, que o Dicionário Aurélio define com o sentido de propriedade, dando o seguinte exemplo: “a boneca da menina”. Conforme será visto posteriormente, um termo que remeta o psicólogo como propriedade da instituição não coaduna com a proposta trabalhada neste texto.

² O movimento institucionalista caracteriza-se por reunir teorias e autores que desenvolveram concepções sobre análise e intervenção em instituições. Teorias com certa aproximação da psicanálise e da abordagem psico-social. Para Baremlitt (1994, p. 182) este movimento é “um conjunto não totalizável de escolas e correntes cujas diversas tendências subscrevem alguns objetivos comuns, entre os quais os mais compartilhados consistem em propiciar nos coletivos processos de auto-análise e autogestão”. Não será dado um enfoque especial ao termo “Análise Institucional”, (usado por alguns autores) por se entender que é: “um procedimento do ator-pesquisador no papel de analisador” (BARUS, 2004, p. 172), logo uma temática pontual dentro do movimento institucionalista. Neste trabalho, o mais relevante desta abordagem, será o suporte para reflexões gerais sobre a problemática proposta. Logo, mesmo que algumas citações salientem denominações específicas, tais como: *movimento institucional, análise institucional, psicologia institucional, institucionalismo*, etc., o propósito se mantém em associar apenas as idéias centrais destes diversos conceitos.

³ No sentido de contribuir com subsídio.

vivemos em um mundo perturbado e conturbado, diante do qual nossos instrumentos interpretativos ficam bem aquém da agudez e rapidez dos acontecimentos”. Seguindo esta compreensão, Chagas (2002, p.31) ressalta que:

Na sociedade contemporânea, o que vale hoje poderá não valer mais para o amanhã. (...) Perde-se essa orientação. Tem-se de aprender a lidar com este sentimento de insegurança para adaptar-se a esse universo irresoluto, repleto de instabilidades.

Essas características podem resumir uma breve descrição do cenário social da atualidade. Tais características favorecem a produção de uma dada desordem e, da mesma forma, da necessidade de orientação que, nessa primeira parte do estudo, fica atrelada à instabilidade, incerteza e necessidades de rápidos resultados. As instituições, neste paradigma, tendem também à apresentar características da sociedade nas quais se inserem. Lourau⁴ (2004, p. 71) mostra que: “as relações sociais reais, bem como as normas sociais, fazem parte do conceito de instituição. Seu conteúdo é formado pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividade, por um lado, e as normas sociais já existentes, por outro”.

Atualmente, os psicólogos que atuam em instituições encontram a necessidade de investigar as demandas de orientação e também ampliar os conhecimentos sobre as instituições. Promovendo, dessa forma, interrogações sobre seu papel e sua posição diante desta problemática. Processo que favorece o manejo e transformação destas demandas.

Como já foi visto, a sociedade, por suas características atuais, demanda por orientação. Ora, se tais características favorecem a produção das referidas demandas, ao compreender os vínculos dessas com as instituições, torna-se possível questionar sobre a posição do psicólogo nas instituições, bem como sobre as possibilidades e impasses na transformação das demandas de orientação. Nessa produção de conhecimento, algumas interrogações emergem: em que medida o psicólogo pode autorizar-se ou ter competência para decidir e orientar nas instituições? E ainda, quais os impasses e as possibilidades na transformação destas demandas nas instituições?

AS DEMANDAS DE ORIENTAÇÃO

Frente às demandas de orientação em instituições, o primeiro grande impasse que surge é a necessidade e a dificuldade de analisar e compreender este fenômeno, bem como o contexto

⁴Um dos autores precursores do movimento institucional, que desenvolveu o termo Análise Institucional.

inerente à sua produção. Em função disso, antes de maiores elaborações, cabe esclarecer e questionar: como pode ser definido o termo “análise”? Mediante a perspectiva institucionalista, Lourau (2004, p.67, 68) afirma que analisar:

(...) baseia-se, essencialmente, na hipótese que é possível explicar e compreender uma realidade complexa decompondo-a em elementos simples, analisando cada elemento e somando, ou pondo uma depois da outra, essas análises. (...) Dessa forma, procedendo elemento por elemento ou relação por relação, podemos chegar a compreensão do conjunto. (...) Eis a definição “clássica” de análise. Ao falar de análise em ciências humanas (psicanálise, análise institucional, socioanálise) também se tem por alvo a decomposição de um todo em seus elementos. (...) Procede-se trazer a luz o que está escondido e só se revela pela operação que consiste em estabelecer entre elementos aparentemente disjuntos.

Seguindo o mesmo modelo teórico, para Barus (2004, p. 166), a análise compreende: “o relatório que se pode fazer de um conjunto, decompondo-o em seus elementos. (...) Remete à dedução feita a partir de certos números de elementos, de uma nova proposta que fundamenta o material que se dispunha, sem ser por isto perceptível nem diretamente acessível”. A autora refere que a análise não leva à “separação dos materiais” apenas para observá-los, mas para compreendê-los, através da produção de combinações. “Há então ganho de um novo sentido que permanecia latente” (BARUS, 2004, p. 166). Direcionando o termo e a compreensão da “análise” ao movimento institucional, a autora, semelhante a Lourau cita que:

(...) da mesma forma, uma decomposição total ou parcial dos elementos em jogo na instituição e uma atenção voltada para a sua combinação, ou seja, para mecanismos. É isso que se pode fazer com ajuda das grades propostas, que se apóiam numa conceitualização da instituição. (BARUS 2004, p. 167)⁵

⁵ Esta autora trabalha o termo “análise” na perspectiva institucional associando à abordagem psicanalítica. Cita que nesta última “o analisando submete um material á escuta do analista, que funciona como substituto num processo de decomposição e de registro de elementos surgidos em combinações mais ou menos regulares. Até que o próprio analisando percebe essas combinações, reúne elementos e faça surgir significações até então ocultas, fruto de uma combinação entre o Analista e o analisando.” (BARUS, 2004, p.167).

Sendo assim, ao analisar (decompor) elementos das demandas de orientação nas instituições, inicialmente, surge a necessidade de compreender questões sobre: o que são demandas? Segundo a definição no dicionário Aurélio (2008) demanda é a ação de demandar, que compreende buscar, necessitar, pedir, também pode ser interpretada como procura. Não parece ser por acaso que esse termo é comumente utilizado na psicologia em suas mais diversas áreas. Na clínica, é com frequência que se observam psicólogos se referirem a seus pacientes em função das demandas. Ou seja, quem demanda, busca nas suas solicitações compreender o que procuram. Embora “demanda” seja um termo corriqueiro para profissionais da psicologia, como efetivamente pode-se compreendê-lo enquanto conceito neste campo de conhecimento?

Lacan (1998, p. 623) cita que: “demandar: o sujeito nunca fez outra coisa, só pôde viver por isso, e nós entramos na seqüência”. Para Lacan (1988) a demanda é sempre demanda de presença e de ausência, sendo assim, demanda de amor. É, portanto, sempre um apelo dirigido. Com referência à essas citações é possível observar que, para o autor, a demanda passa a ser identificada e dirigida ao analista na sua relação com o paciente. Essa dinâmica de identificar e compreender algo demandado também aproxima-se da noção de demanda nas instituições pelo viés da psicologia institucional. “A análise da demanda deve estar necessariamente articulada à produção desta demanda – ou seja, a análise da oferta”. Baremlitt (1994, p. 154). É na análise da oferta, ou do pedido de intervenção por parte de uma organização, que se produz a compreensão de uma demanda.

(...) a análise da produção da demanda. Isso em um sentido particular, consiste no cuidadoso exame que a organização ou a pessoa que está para fazer a intervenção institucional faz, da maneira como ela ofereceu os serviços; ou seja, o estudo da forma como ela produziu a demanda que lhe é feita. (...) o usuário demanda isso, mas não sabe, que na verdade, demanda outra coisa. (BAREMBLITT, 1994, p. 106).

A compreensão de uma demanda, nessa perspectiva, passa por uma investigação mais ampla que apenas uma escuta ou observação de algo explícito. Assim sendo, “olhar” para a solicitação, “escutar” um pedido ou ainda observar um evento em uma organização não é o suficiente para compreender ou definir uma demanda, torna-se indispensável a compreensão de mais elementos que elucidem determinantes na produção de uma demanda. Segundo Baremlitt (1994), não é necessariamente a instituição que oferece um serviço a única responsável pela produção de uma demanda. Logo, para se pensar as demandas de orientação produzidas nas instituições, é necessário buscar noções acerca do contexto que favorece (ou influência), na atualidade, a produção dessas solicitações, ou seja, as características da sociedade que sugerem a produção das demandas de orientação.

Nesse sentido, para buscar elucidar essas características pode-se retomar a citação de Birman (2005, p. 15): “vivemos em um mundo perturbado e conturbado, diante do qual nossos instrumentos interpretativos ficam bem aquém da agudez e rapidez dos acontecimentos”. O referido autor sinaliza para as transformações em nossa sociedade na atualidade. Birman (2005) menciona como “desafios da psicologia” a necessidade de repensar sobre essas alterações e sobre o rumo da psicologia na contemporaneidade. Sem aprofundar essas reflexões, pode-se tomar como base esses apontamentos para iniciar a compreensão sobre as demandas de orientação. Os obstáculos enfrentados pela psicologia atualmente, parecem encontrar como origem diversas características e transformações no modo de sentir e agir na sociedade. Chagas (2002, p. 30) também descreve algumas dessas características:

As exigências do mundo rápido e fragmentado em que se vive são intensas. Desse modo, é preciso desenvolver novas formas de estar no mundo, pois só assim, será possível acompanhar as rápidas transformações e sobrepujar o mal-estar que advém daí.

Referente a tais transformações, Sennett (2005) menciona que vivemos em uma era onde se enfatiza a flexibilidade, decorrente de mudanças no sistema social que o autor passa a chamar de “capitalismo flexível”⁶. O autor faz considerações sobre características da contemporaneidade observando que:

Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. (...) É bastante natural que esta flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão recompensados, que caminhos seguir (SENNETT, 2005, p.9).

No passado, embora os processos fossem denominados rígidos, asseguravam e mantinham os trabalhadores dentro de uma certa “ordem”. Decorrente de transformações sociais, segundo Sennett (2005, p. 69) surge a “flexibilidade e a flexibilidade gera desordem”. O autor aponta ainda para a instabilidade da sociedade, mencionando que “o que é singular na incerteza é que ela existe, está entremeada nas práticas cotidianas. (...) A instabilidade pretende ser normal” Sennett (2005, p.33).

⁶ O objetivo aqui não é discutir sobre o modelo atual econômico ou social que vigora na atualidade, apenas apontar para características da sociedade que podem estar promovendo a sensação de “desorientação”, ou seja, a necessidade de orientação proposta na temática central deste estudo.

Essa necessidade de rapidez, com concomitante instabilidade, incerteza, desordem e desorientação, também é evidente na definição de Bauman (1998, p. 221):

“Os homens e mulheres pós-modernos⁷ realmente precisam do alquimista que possa, ou sustente que possam, a incerteza de base em preciosa auto-segurança, e a autoridade de aprovação (...) A pós-modernidade é a era dos especialistas em “identificar problemas”, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos livros de “auto-afirmação”: , é a era do “surto de aconselhamento””.

Relacionado a isso, Santos (2004, p.10) diz que: “(...) o homem pós-moderno já sabe que não existe Céu nem sentido para a história, e assim, se entrega ao presente e ao prazer, ao consumo e ao individualismo”.

Para Bauman (1998), vivemos em um mundo veloz, tomado por incertezas, inseguranças e instabilidade, com necessidade de respostas rápidas. “E principalmente em torno de evitar um perigo: o de perder uma oportunidade. (...) Para evitar esses perigos os homens e mulheres pós-modernos precisam de aconselhamento” (BAUMAN, 1998, p. 222).

Com relação ao referido desamparo e à necessidade de rápidos resultados na atual sociedade, Roudinesco (2002) menciona que nas sociedades modernas as terapias psicológicas perdem o valor frente aos psicofarmacos, aos curandeiros e aos videntes, tudo na busca de amenizar rapidamente o sofrimento. Visão também favorável à necessidade de orientação. A autora cita que:

O homem busca desesperadamente vencer o vazio de seu desejo. Por isto passa da psicanálise para a psicofarmacologia e da psicoterapia para a homeopatia, sem dar tempo de refletir sobre a origem de sua infelicidade. Aliás, ele já não tem tempo para nada (ROUDINESCO, 2002, p. 13).

A autora chama de sociedade depressiva a atual tendência da sociedade e dos sujeitos que: “entre o medo da desordem e a valorização de uma competitividade baseada unicamente no

⁷ Bauman (1998) defini a sociedade atual como pós-moderna, em decorrência das transformações e características relacionadas a incertezas e inseguranças na atualidade. Como o objetivo aqui é discutir sobre as características da sociedade na atualidade que delimitem a produção das demandas de orientação, não serão exploradas mais definições sobre pós-modernidade.

sucesso material, muitos são os sujeitos que preferem entregar-se a substâncias químicas a falar de seus sofrimentos” (ROUDINESCO, 2002, p. 30).

Apesar das distintas definições de sociedade para os autores citados (capitalismo flexível de Sennett (2005), sociedade pós-moderna de Bauman (1998), sociedade depressiva de Roudinesco (2002)), algumas características referenciadas aproximam-se e são comuns às teorias desses autores. As idéias que convergem são que a sociedade tem sofrido transformações na contemporaneidade, acarretando uma grande necessidade de rapidez e resultados no trato das dificuldades e sofrimentos enfrentados, fatos que geram incertezas, desamparo, insegurança, instabilidade, desordem e desorientação. Cenário mais do que propício para a efetivação de uma sociedade que clama por orientação.

Contudo, tornam-se pertinentes as seguintes interrogações: por que as instituições acompanham estas transformações e passam a apresentar as mesmas demandas? É função do psicólogo ou da psicologia atender essas demandas e prestar orientações para pacientes e nas instituições? E, por fim, a psicologia pode (ou deve) apresentar um caráter de base orientativa? Estas questões sobre as demandas de orientação serão discutidas no decorrer do trabalho quando forem abordados os conceitos de instituições e da posição do psicólogo em instituições.

AS INSTITUIÇÕES E AS DEMANDAS DE ORIENTAÇÃO

Depois de discorrer sobre os primeiros impasses apresentados neste estudo (a dificuldade de analisar e compreender as demandas de orientação e o contexto que favorece sua produção), neste momento surge o segundo desafio, apresentado através de dois questionamentos: a rigor, o que são instituições? Por que as instituições acompanham as transformações sociais e passam a apresentar as mesmas demandas?

O termo instituição é habitualmente utilizado por psicólogos e profissionais de áreas afins, porém, a rigor, observa-se uma falta de reflexão, contradições e banalizações no uso desse conceito, principalmente por parte de psicólogos que costumam mencionar:

Eu trabalho em uma instituição, como uma forma de capitalizar prestígio. Isso é um absurdo! Para nós, todavia, da análise institucional, instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, dez anos para a institucionalização de crianças deficientes ou dois mil anos para a institucionalização da Igreja Católica (LOURAU, 1993, p.11, 12).

Parece um tanto quanto contraditório o fato de psicólogos atuarem nas instituições e ao mesmo tempo demonstrarem um significativo desconhecimento sobre esse conceito. Lourau (2004) problematiza que instituições não são, necessariamente, estabelecimentos “materialmente” construídos. Ele afirma que “são normas” (p.71). Já Baremlitt (1994, p.27) cita que “entendemos instituições como sendo composições lógicas que, de acordo com a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser normas, leis, pautas, códigos.” Em todos esses casos as instituições demonstram-se, essencialmente, com funções normativas, educativas e formativas. Um outro enfoque, mas também similar a essas reflexões, evidencia-se com Guirado (1987, p. 29): “instituição é algo como o inconsciente de Freud, não localizável e imediatamente problemático, ou seja, está presente nas ações aparentemente menos significativas e isso não nos é dado a consciência”.

Assim como esses autores, Enriquez (1992, p.71) faz menção aos objetivos da instituição de manter um ideal em função de uma ordem: “pode-se dizer então que uma instituição visa estabelecer um modo de regulamentação e tem por objetivo manter um estado, fazê-lo durar e assegurar a sua transmissão”. Complementando, o autor afirma que: “o saber deve se transmitir, sob pena de desaparecer e se integrar num sistema de condutas.” (ENRIQUEZ, 1992, p.73).

Aqui cabe uma distinção fundamental: instituições possuem diversas definições e características, que estão associadas a algo não material que necessita de manutenção e transmissão dos diferentes tipos de normas, leis ou pautas. Logo, necessitam de outra “estrutura” para materializar suas funções, e encontram nas organizações esta possibilidade.

Sendo assim, as instituições encontram nos sistemas organizados ou organizações o principal mecanismo de se fazerem presentes e se manterem ativas no cotidiano. “Uma instituição não existe (salvo enquanto principio instaurador) fora das organizações concretas que ela produziu e dá sentido” (ENRIQUEZ, 1992, p.81). Com relação a essa assertiva, Baremlitt (1994, p.30) diz que “as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que se concretizam, as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam. Isto é, as instituições não se manteriam se não fosse pelas organizações”. Para Enriquez (1992, p.81): “as organizações aparecem como modalidades específicas de encarnação das instituições. A organização traduz a instituição como estilo de divisão do trabalho. É o lugar dos sistemas de autoridades colocados em prática”.

Em contraponto ao conceito de instituição, a organização estabelece uma estrutura observável, mais “concreta” (ENRIQUEZ, 1992). Organizações e instituições são conceitos indissociáveis, porém de maneira alguma podem ser considerados os mesmos.

Neste momento, surge outro impasse: se instituições são mecanismos não observáveis, não materiais e organizações são mais concretas e observáveis, por que neste trabalho foi

referenciado o psicólogo nas instituições e não em organizações? Indagação que requer cuidadosas explicações. Nesse enfoque, Lourau (2004, p. 71) cita que:

As instituições aparecem em primeiro lugar e tem sido definidas como sistema de regras que determinam a vida dos indivíduos, dos grupos sociais, e das formas organizadas. Com frequência, estas últimas – fábrica, hospital, escola, sindicato... – são chamadas de instituições. Não se trata de confusão entre duas acepções diferentes do termo, visto que podemos considerar certas formas sociais singulares como sistemas de regras unidos a outros sistemas de regra, formando, em conjunto, o tecido institucional da sociedade. Falar da escola como instituição é simplesmente falar de um sistema de regras organizado segundo uma estrutura especial imediatamente expressiva, (...) que definem todavia, o verdadeiro nível da instituição. Assim, um “estabelecimento” seria uma instituição, da mesma forma que uma lei estabelecida.

Inicialmente foi realizada uma crítica aos psicólogos que afirmam trabalhar em instituições e posteriormente foi reiterado que é possível mencionar sobre psicólogos em instituições, logo, o que motiva essa contradição? Talvez o fato, também mencionado, de que o conceito de instituição foi banalizado pelos profissionais, com ênfase nos profissionais da psicologia. Falar que trabalha em instituição, sem refletir e conhecer todas as complexas questões inerentes a esta temática, torna-se minimamente uma atitude irresponsável e banalizada. Ao contrário, um amplo conhecimento desses conceitos, favorece, conforme Lourau (2004), compreender as organizações (estabelecimentos) como o verdadeiro nível da instituição, viabilizando (mediante a abordagem institucionalista) a afirmação de que é possível trabalhar “em instituições”. A mesma afirmação sem o devido conhecimento pode caracterizar uma banalização.

Após a discussão sobre as instituições, é possível avançar em direção à seguinte questão: por que as instituições acompanham as transformações sociais e passam a apresentar as mesmas demandas? Esse assunto pode ser trabalhado através de outros enfoques conceituais sobre instituições, relacionado ao vínculo entre seus mecanismos e a dinâmica da sociedade. Para tanto, cita-se Kaës (1989, p.25), o autor afirma que: “a instituição é, em primeiro lugar, uma formação da sociedade e da cultura; segue-lhes a lógica própria. (...). A instituição é o conjunto de formas e das estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume”. Já Campos (1996, p.110) demonstra que instituições: “são manifestações das realidades da vida em sociedade”. Para Guirado (1987, P. 31) instituição é “a maneira mesma como a realidade social se organiza”. Albuquerque (1987, p. 54), da mesma forma, colabora afirmando que:

O âmbito de uma instituição deve ser definido, portanto, a partir das relações sociais que inclui, e não em função de suas fronteiras materiais. (...) isso permite, também, estender o âmbito de uma instituição às relações e práticas sociais.

Nessa ótica, Barus (2004, p.172) menciona: “se a instituição se faz nos seus laços com os atores sociais, o fato de esses laços se movimentarem para ao menos um deles engendram uma mudança, ou um movimento da instituição”. Essa definição colabora sobremaneira para o enfoque necessário, nessa etapa de associação entre instituições e as demandas sociais.

Com efeito, na atualidade constata-se uma sociedade que clama por orientação, decorrente de significativas transformações. Tais transformações desencadeiam a necessidade de rapidez e de resultados imediatos no trato das: dificuldades, dos sofrimentos, das incertezas, do desamparo, da insegurança, da instabilidade, da desordem e da desorientação (BAUMAN, 1998), (SENNETT, 2005). Conseqüentemente, conforme citações anteriores, pode-se observar necessidades e transformações da mesma grandeza nas instituições que compõe essa sociedade. Evidências disso podem ser percebidas na aproximação de diversas medidas paliativas com as mais variadas instituições e nas mais distintas situações, tais como: a grande expansão das literaturas de auto-ajuda⁸, o grande uso de psicotrópicos, o acúmulo de fiéis em variadas modalidades religiosas, etc. Ou seja: as instituições também demandam por orientação.

A POSIÇÃO DO PSICÓLOGO NAS INSTITUIÇÕES

Conforme as literaturas citadas até esse momento, observam-se diversas transformações na sociedade e conseqüentemente nas instituições, fatos que propiciam que essas demandem por orientação. Frente a esta realidade enfrentada pelos psicólogos nas instituições, cabe retomar uma das questões iniciais deste trabalho: em que medida o psicólogo pode autorizar-se ou ter competência para decidir e orientar nas instituições? Qual o lugar ou posição do psicólogo frente à imposição dessas demandas? A psicologia pode apresentar um caráter de base orientativa?

Embora algumas abordagens teóricas apresentem técnicas e compreensões que favoreçam direcionamentos, treinamentos ou mesmo a orientações (como por exemplo, a psicologia

⁸ Com relação a isso, Chagas (2001, p. 31) afirma que: “a literatura de auto-ajuda, conhecida como psicologia popular, nos dias atuais, é fundamental, como auxílio e guia de incentivo e orientação para a vida de muitas pessoas”.

organizacional⁹ e a abordagem cognitivo-comportamental), a psicanálise, a psicossociologia e a abordagem institucional viabilizam questionamentos e problematizações sobre esta condição.

Com relação a isso, Freud (1969), em seus estudos sobre a transferência, discute sobre a posição do analista, dizendo que:

Se o paciente coloca o analista no lugar do pai (ou mãe), está também lhe concedendo o poder que o superego exerce sobre o ego, visto que os pais foram, como sabemos, a origem de seu superego. O novo superego dispõe agora de uma oportunidade para uma espécie de pós-educação do neurótico; ele pode corrigir erros pelos quais os pais foram responsáveis ao educá-lo. A essa altura, cabe uma advertência contra o mau uso dessa nova influência. Por mais que o analista possa ficar tentado a transformar-se num professor, modelo e ideal para outras pessoas, e criar homens à sua própria imagem, não deve esquecer que essa não é a sua tarefa no relacionamento analítico, e que, na verdade, será desleal a essa tarefa se permitir-se ser levado por suas inclinações. Se o fizer, estará apenas repetindo um equívoco dos pais, que esmagaram a independência do filho através de sua influência, e estará simplesmente substituindo a primitiva dependência do paciente por uma nova. Em todas as suas tentativas de melhorar e educar o paciente, o analista deve respeitar a individualidade deste (FREUD 1969, P. 190).

Freud (1969) salienta que seria considerado um erro o analista¹⁰ ocupar o lugar de professor na análise, contrapondo o termo “educar” (um erro) ao de uma “espécie de pós-educação”. Esta última contemplaria e favoreceria uma ampliação do autoconhecimento.

Outro autor que contribui com o tema é Bleger (1984), que relaciona diversas considerações sobre a prática do psicólogo. Segundo ele, “não se pode ser psicólogo se não se é, ao mesmo tempo, um investigador dos fenômenos que se quer modificar, e não se pode ser um

⁹ Um exemplo disso é a afirmação de Spector (2002, p. 5) sobre psicologia organizacional: “o campo da psicologia organizacional se preocupa com questões de eficiência no projeto de tarefas, seleção e treinamento de funcionários e avaliação de desempenho”.

¹⁰ Em virtude dos objetivos, nesta parte do trabalho, não será discutida a diferença entre analista e psicólogo. Conforme anteriormente citado, existe uma aproximação entre psicanálise e o movimento institucional, e neste último, alguns autores mencionam “psicólogos” e outros “analistas”. Neste trabalho, ambos os termos serão utilizados, conforme o uso de cada autor. Pois imagina-se que, indiferentemente da distinção entre tais termos, ambos remetem a sentidos similares e auxiliam a esclarecer sobre a posição dos psicólogos em instituições.

investigador se não se extrai os problemas da própria prática” (BLEGER, 1984, p.33). Com relação ao psicólogo decidir pelas instituições, Barus faz o seguinte comentário:

(...) Somente eles podem outorgar esse direito. Inversamente, pode-se dizer que ninguém tem o direito de destituir os atores sociais de suas responsabilidades (mesmo que estes já pareçam destituídos), pretendendo, em nome de seu bem ou de um saber particular, mudar as coisas. Isso significa alienar o que se pretende desalienar. (...) o analista que recorre ao pretexto de uma informação ou de um incidente para provocar uma instituição, tentar fazê-la mexer-se, demonstra apenas a fantasia de onipotência, que aliena ainda mais aqueles que pretendia “libertar”. (BARUS, 2004, p. 178).

Com base nisso, Bleger (1984) argumenta que o psicólogo deve saber que o motivo de sua solicitação nunca é o problema e sim um sintoma do mesmo. Para esse autor, o psicólogo não deve ser o profissional da alienação, da exploração, da submissão ou da coerção, nem tampouco deve ser confundido como educador. O propósito fundamental é de explicitar a demanda. A sua perspectiva é que “o psicólogo não atue como um agente de manutenção dos sintomas”, e sim um “agente de mudança”. (BLEGER, 1984). Veementemente desvincula o psicólogo do lugar de responsável efetivamente pela mudança, segundo ele, a educação prestada por um psicólogo, deve ser concebida de forma que: “fundamentalmente capacite a instituição a enfrentar situações e possa refletir sobre elas como primeiro passo para qualquer solução” (BLEGER, 1984, p.44). Colaborando com essa assertiva, Barus (2004) menciona que:

O analista não pode se servir do campo institucional como de um palco para representar seu poder e seu saber, verificar suas teorias, agenciar os atores, e criar uma dinâmica. O analista deve ater-se ao quadro da demanda. Que esta seja, portanto, esclarecida no que se referem a seus conteúdos e aqueles que a formulam (BARUS 2004, P. 178).

Associando essas posições, reiterando a demanda de orientação tratada aqui, Barus (2004) questiona também sobre como conseguir não reagir a uma dada demanda, nessa perspectiva a autora diz que:

A resposta está na neutralidade. (...) o analista não se mistura, não interfere no vaivém da troca nem na realidade, não toma partido nem posição. (...) A intervenção não é substituição nem intromissão, mas reflexão. (...) sua ausência de reação direta as remete a realidade. Refratando-as para uma nova apreensão dos atores da instituição” (BARUS 2004, p. 177).

Colaborando com a problemática da posição do psicólogo nas instituições, Guirado (1987, p. 67) cita que:

este lugar é, portanto, aquele que se reveste da condição de assinalar, pontuar e interpretar as defesas, as fantasias e as ideologias dos grupos. É este o objeto de seu trabalho: o mundo das representações inconscientes, as expressões “deslocadas” do sincretismo ou da indiferenciação, no sentido de sua discriminação e de sua integração aos aspectos institucionalizados desses grupos. Qualquer mudança, portanto, deverá passar pelo sujeito.

Desta forma, o lugar do psicólogo fica vinculado a um lugar que possibilite investigar, elucidar e viabilizar a mudança. Mudança essa ligada à capacidade da própria instituição em conhecer suas questões e atuar nesse sentido. Logo, em decorrência da questão formulada inicialmente nesse capítulo, a abordagem psicanalítica e o movimento institucional problematizam e reparam diversas contradições nas atuações de caráter orientativa. Com relação à posição do psicólogo nas instituições frente às demandas de orientação fica evidente neste estudo que, o psicólogo deve ater-se em atender, gerar respostas, educar, conduzir ou prestar orientação nestes casos. Analisados esses diversos impasses, torna-se pertinente levantar outra questão central deste trabalho: quais as possibilidades de transformação das demandas de orientação nas instituições?

A TRANSFORMAÇÃO DAS DEMANDAS DE ORIENTAÇÃO

Após a contextualização das demandas, da discussão sobre instituições e da reflexão da posição do psicólogo nesse processo, segue a última questão deste trabalho, que é o questionamento sobre as possibilidades de transformar as demandas de orientação nas instituições. Certamente tal condição (de transformação e mudança) já foi, de certa forma,

descrita nos capítulos anteriores. Cabe agora retomar alguns dos conceitos que proporcionem organizar este pensamento. “O que legitima a análise? A demanda. (...) com que direito arriscar efeitos de transformação senão por mandato de atores que os experimentarão?” (BARUS, 2004, p. 178).

As transformações dessas demandas passam necessariamente pelo procedimento mencionado, com uma ressalva fundamental, “qualquer mudança, portanto deverá passar pelo sujeito” (GUIRADO, 1987, p. 67). Ao longo deste trabalho ficou explicitado que qualquer tipo de transformação em uma instituição deve ser conduzida pelo psicólogo, porém, produzida pela instituição, para que: o psicólogo não atue como um agente de manutenção dos sintomas, e sim um agente de mudança. (BLEGER, 1984). O autor ainda cita sobre a possibilidade de mudança, que o psicólogo: “fundamentalmente capacite a instituição a enfrentar situações e possa refletir sobre elas como primeiro passo para qualquer solução” (BLEGER, 1984, p.44).

A proposta deste capítulo não é de apontar para um método de intervenção que efetivamente caracterize e viabilize transformar as demanda de orientação em instituições, haja vista que, ao longo do trabalho, todas as temáticas foram tratadas de forma a elucidar, refletir, interrogar e problematizar questões relevantes e pertinentes no processo de transformação. Logo, sobre essas transformações, a lógica será a mesma, propor a reflexão sobre aspectos gerais intrínsecos a ela. Até por que, a própria perspectiva institucionalista não informa e não afirma que exista um modelo único de intervenção ou de atuação com olhares a transformação. Baremlitt (1994, p. 119), sobre o modelo de intervenção que propõe, afirma o seguinte: “se pode dizer que a regra são as exceções. (...) é importante que cada interventor possa inventar um procedimento *sui generis* para cada situação”.

Nesse aspecto, as possibilidades de mudança e transformação nas instituições ficam associadas ao psicólogo que, na posição de “agente da mudança”, possa capacitar à instituição a produzir as transformações (BLEGER, 1984). Para que isso ocorra, mediante o movimento institucional, algumas premissas centrais devem ser seguidas, dentre elas a necessidade de características comuns aos psicólogos que atuam em instituições, as quais são: “suas aspirações a deflagrar, apoiar e aperfeiçoar os processos de auto-analíticos e autogestivos”¹¹ (BAREMBLITT, 1994, p.11). Segundo o autor, tais conceitos atendem e subscrevem os objetivos fundamentais, comuns às correntes desse movimento (institucionalista). A primeira remete à condição de uma instituição inserir-se num processo onde sejam:

¹¹ Fruto dos objetivos propostos, não será aprofundado um estudo sobre estes conceitos. Pois pretende-se apenas remeter sentidos amplos sobre auto-análise e autogestão, de modo a viabilizar explicações sobre as possibilidades de transformação das demandas referidas nesse trabalhos.

Protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber a cerca de sua vida. E não que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhes quem são, de que necessitam e o que devem pedir, o que procurar conseguir e o que puderem ou não conseguir. (...) A auto-análise é feita no próprio seio heterogêneo do coletivo interessado. (BAREMBLITT, 1994, p. 18).

O autor ressalta ainda que a: auto-análise permite: a produção de um saber acerca de si mesma. (...) Esse saber se acha em geral apagado, desqualificado e subordinado. (...) A auto-análise possibilita aos coletivos o conhecimento e a anunciação das causas de sua alienação (BAREMBLITT, 1994, p. 156). Frente as demandas de orientação nas instituições, a efetivação da auto-análise torna-se uma alternativa para vislumbrar o processo de transformação.

Já sobre autogestão, Lourau (1993, p. 13, 14) afirma que a Análise Institucional tem: “como motriz o conceito de autogestão. (...) A auto gestão que existe, a que tem podido existir, acontece dentro de uma contradição total. (...) Já que a vida cotidiana se passa no terreno da heterogestão”. O autor refere-se ao fato de que “nós funcionamos, todos, e em todos os lugares, sob a heterogestão; ou seja, “geridos” por “outrem”. E a vivemos, geralmente, como coisa natural” (LOURAU 1993, p.14). E ainda cita que: “autogestão não é estudável em manuais; é uma construção permanente que se apóia, principalmente, sobre a restituição” (LOURAU, 1993, p. 65). Restituição aqui tratada no sentido de analisar o “material existente” e proporcionar a transformação demandada pela instituição. Para Barembritt (1994, p. 157) autogestão é:

Ao mesmo tempo o processo e o resultado da organização independente que os coletivos se dão para gerenciar suas vidas. (...) de maneira livre e original., dando-se os dispositivos necessários para gerenciar suas condições e modos de existência.

Para o autor, auto-análise e autogestão em instituições são dois processos simultâneos e articulados. Processos que envolvem a produção de um saber, um conhecimento sobre seus problemas e suas demandas, que fornece condições para produzir este saber; e para desmistificar o saber dominante. Como o objetivo de transformar sua condição de existência. (BAREMBLITTI, 1994).

A transformação das demandas em instituições é resultado, além do processo citado acima, de uma idéia central do institucionalismo, a “investigação” (LOURAU, 2004). Guirado (1987, p. 6) colabora com a seguinte explanação:

A psicologia institucional, no momento mesmo de sua propositura, recoloca a questão do movimento da ciência e da prática da psicologia. (...) De um lado, a postura investigadora (científica, portanto) da psicologia institucional numa ampliação da abrangência social – necessária – da psicologia, é algo que não se desvincula de seu trabalho concreto. Em decorrência, a psicologia institucional (a prática) não será uma mera aplicação da psicologia (a ciência), mas sim uma forma de fazer a psicologia enquanto ciência. (...) De outro lado, é o método, (...) para que se de tanto a intervenção quanto a investigação.

Desta forma, sob a constante postura de investigação, o presente trabalho foi produzido. Frente ao desafio de transformar as demandas de orientação em instituições, foi proposto que se investigassem sobre diversos impasses relativos à: dificuldade de analisar essa demanda, o contexto que favorece a sua produção, o conhecimento sobre instituições e a reflexão sobre a posição do psicólogo frente a esta realidade. E assim, tornou-se possível a discussão sobre as possibilidades de transformá-las, sem o interesse de indicar a melhor ou uma única forma de realizar o processo de mudança, mas sim, referenciado pelo movimento institucionalista e a psicanálise, pensar de forma abrangente tais possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformação das demandas em instituições, por si só, já é um grande desafio, uma vez que, conforme exposto ao longo deste trabalho, surgem diversos impasses e dificuldades ao psicólogo que enfrenta essa realidade. Dentre os quais, aqui foram abordados: a dificuldade de analisar uma demanda, bem como o contexto que favorece a sua produção; a falta de conhecimento sobre as instituições; a reflexão sobre a posição do psicólogo frente às demandas nas instituições. Tal articulação pode viabilizar algumas possibilidades de transformar uma dada demanda.

Neste trabalho a temática central se deu mediante a transformação das demandas de orientação em instituições. Ao analisá-las, foi possível compreender que se originam em decorrência das transformações da sociedade contemporânea. Que passou a apresentar características ligadas a uma grande necessidade de rapidez e resultados no trato das dificuldades

e sofrimentos enfrentados; fatos que geram incertezas, desamparo, insegurança, instabilidade, desordem e desorientação. Cenário mais do que propício para a efetivação de uma sociedade que clama por orientação. (SENNETT, 2005), (BAUMAN, 1998).

Como as instituições são: “a maneira mesma como a realidade social se organiza” (GUIRADO, 1987, P. 31), logo passam a sofrer as mesmas transformações e, a apresentarem as mesmas demandas, de orientação. Frente a esta realidade, o psicólogo em instituições passa a enfrentar outro grande desafio: que posição adotar frente às demandas de orientação? Conforme mencionado inicialmente, Freud (1969) salienta que seria considerado um erro o analista ocupar o lugar de professor, contrapondo o termo “educar” (um erro) ao de uma “espécie de pós-educação”. Esta última contemplaria e favoreceria uma ampliação do autoconhecimento. Bleger (1984), afirma que o psicólogo não deve ser o profissional da alienação, da exploração, da submissão ou da coerção, nem tampouco deve ser confundido como educador. O propósito fundamental é de explicitar a demanda. A sua perspectiva é que “o psicólogo não atue como um agente de manutenção dos sintomas”, e sim um “agente de mudança”.

Sendo assim, as possibilidades de transformação das demandas de orientação em instituições pode ser consequência da compreensão do seguinte processo: analisar essas demandas, compreender sobre as instituições e refletir sobre o papel posição do psicólogo frente a esta realidade. Certamente, a grande dificuldade permeia a responsabilidade e condição dos profissionais da psicologia em conseguir analisar e intervir frente às demandas que enfrentam. Os psicólogos deveriam ser os profissionais que apresentam condições de “tratar” as demandas das mais diversas grandezas, inclusive as sociais. Mas será que está é a realidade atual da nossa profissão? Os psicólogos conseguem tratar as imposições das demandas de orientação em instituições ou estão, igualmente, tomados por este imperativo social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Guilhon. **Psicologia institucional: elementos para uma análise da prática institucional**. São Paulo: Pedagógica e universitária Ltda, 1987..

AURÉLIO, Buarque. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio da análise institucional e outras correntes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BARUS, Jacqueline. **O sujeito social**. Belo Horizonte: Pucminas, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto alegre: Artmed, 1984.

CAMPOS, R. **Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAGAS, Arnaldo. **A ilusão no discurso da auto-ajuda e o sintoma social**. 2. ed. Ijuí: Unijui, 2001.

CHAGAS, Arnaldo. **O sujeito imaginário no discurso da auto-ajuda**. Ijuí: Unijui, 2002.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREUD, Sigmund. **Moisés e monoteísmo: esboço de psicanálise e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia institucional: temas básicos de psicologia**. 15. ed. São Paulo: Pedagógica e universitária Ltda, 1987.

KAËS, René. **As instituições e as instituições**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1989.

LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 7: A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. **Escritos: a direção do tratamento e os princípios de seu poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOURAU, Renè. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, Renè. **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2002.

SANTOS, J. **O que é pós-modernismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SPECTOR, Paul. **Psicologia nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.